

**MIGRAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA SUL**Daniela Sobierai<sup>1</sup>José Carlos Radin<sup>2</sup>

Esse trabalho apresenta os resultados parciais do projeto vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT/UFFS), este que encontra-se em fase de conclusão e que possui como tema, a Migração e Agricultura Familiar na Fronteira Sul. Trata-se de um tema pertinente, pois a referida região é marcadamente identificada com esse tipo de atividade econômica. O projeto aborda o processo de expansão e o significado social da agricultura familiar entre os migrantes que colonizaram a fronteira agrícola do grande oeste catarinense, do início do processo de colonização até o advento da modernização da agricultura, em meados do século XX. Contextualiza o processo de abertura da fronteira agrícola do antigo território do Contestado, relacionando-o também à colonização de áreas do norte gaúcho e do sudoeste paranaense. Para esta análise, relaciona tal processo às discussões nacionais acerca da incorporação produtiva dos territórios considerados vazios. Busca, ainda, compreender o processo de apropriação privada da terra e a difusão da pequena propriedade rural, destacando as estratégias de vendas das terras pelas companhias colonizadoras e a formação das comunidades rurais. Por fim, analisa o significado da agricultura praticada pelos migrantes, procedentes das antigas colônias gaúchas, evidenciando as mudanças provocadas em relação às práticas anteriores, bem como os significados atribuídos ao trabalho e à produção, entre migrantes. Para o desenvolvimento da pesquisa se fez uso de bibliografias referentes ao tema, pesquisas acadêmicas, jornais da região de procedência dos migrantes e da região receptora, iconografia e entrevistas orais do acervo do Centro de Organização da Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOOM. Até o momento pode-se afirmar que o processo de abertura da fronteira agrícola ganhou impulso com a resolução das questões relacionadas à Guerra do Contestado (1916). Este período foi de acentuada expansão capitalista, de modo particular em relação à apropriação privada da terra, mediada por diversas companhias colonizadoras. Tais empresas vendiam lotes agrícolas apropriados ao desenvolvimento da economia familiar praticada na época, situação que favoreceu a expansão da pequena propriedade rural. Esse cenário foi favorecido pelas discussões nacionais relacionadas à necessidade de modernização do Brasil, especialmente pela incorporação de territórios considerados improdutivos, como era o caso da região em estudo. Considerando as práticas dos povos indígenas e caboclos, o processo migratório e o desenvolvimento de uma agricultura de âmbito familiar modificou radicalmente o cenário regional.

**Palavras-chave:** Colonização. Apropriação privada da terra. Economia familiar.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de História, bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PRO-ICT/UFFS/ Edital 464/UFFS/2014) da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, campus Chapecó. Contato: daniela\_sobierai@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História, docente do curso de História da UFFS campus Chapecó, atua com o componente curricular História da Fronteira Sul. Contato: radin@uffs.edu.br.

[Digite texto]